

SITUAÇÃO VACINAL DOS ADOLESCENTES

Thayna Lauriene Camargo de Faria Cunha¹; Vanessa Aparecida Vieira Ribeiro²; Vinicius Gonçalves Bento da Silva³

1. Estudante do curso de Enfermagem; e-mail: thayna.lauriane@hotmail.com
2. Estudante do curso de Enfermagem; e-mail: vanessa.vribeiro@hotmail.com
3. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: vinicius@umc.br

Área do Conhecimento: **Saúde Coletiva**

Palavras-chave: Vacina; Saúde do Adolescente; Saúde escolar.

INTRODUÇÃO

A vacinação é um método de prevenção de grande importância para toda a população mundial, pois, além de conferir a proteção individual contra diversas doenças ela confere também proteção da comunidade, evitando a circulação de agentes causadores de infecção (OLIVEIRA et. al, 2010). No que concerne aos direitos dos adolescentes à lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, versa que o: "(...) adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso (...)", colocando a obrigação da "(...) vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias" (BRASIL, 1990). Compreende-se, portanto, que a cobertura vacinal dos adolescentes deva ser de 100 por cento ou próxima disso.

OBJETIVOS

Identificar a situação vacinal dos adolescentes que frequentam escola no ensino fundamental.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa em campo do tipo descritiva exploratória com análise quantitativa. A pesquisa será em uma escola da rede pública localizada no Alto Tietê na cidade de Mogi das Cruzes. A amostra foi constituída por 200 alunos realizada em três etapas: apresentação do trabalho e entrega de termos de livre esclarecimento e assentimento em duas vias, recolhimento e conferências dos termos e levantamento do número de participantes e solicitação da caderneta original ou xerox para verificação e Feedback com os participantes sobre a situação vacinal e devolução de cadernetas vacinais. Foi utilizado como instrumento de apoio um check list, elaborado pelos próprios autores dessa pesquisa e com base no calendário de imunização do estado de São Paulo do ano de 2017 atualizado. Ao final da coleta de dados, os resultados obtidos serão apresentados, discutidos e comparados com opiniões de outros autores sobre o assunto proposto na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta de dados foi possível evidenciar situações que limitaram a realização da pesquisa, sendo elas: a relação que os alunos fizeram com a coleta de dados e a ausência da sala de aula, fato que não ocorreu, falta de interesse ou informação dos pais sobre o assunto e o desconhecimento por parte dos alunos sobre a caderneta vacinal e o fato de os responsáveis não creditarem aos mesmos responsabilidade com a mesma para a pesquisa.

Desta maneira os resultados obtidos em relação a participação e os atrasos vacinais foram os seguintes conforme os gráficos I e II:

Gráfico 1 – Porcentagem Alunos Participantes por Série

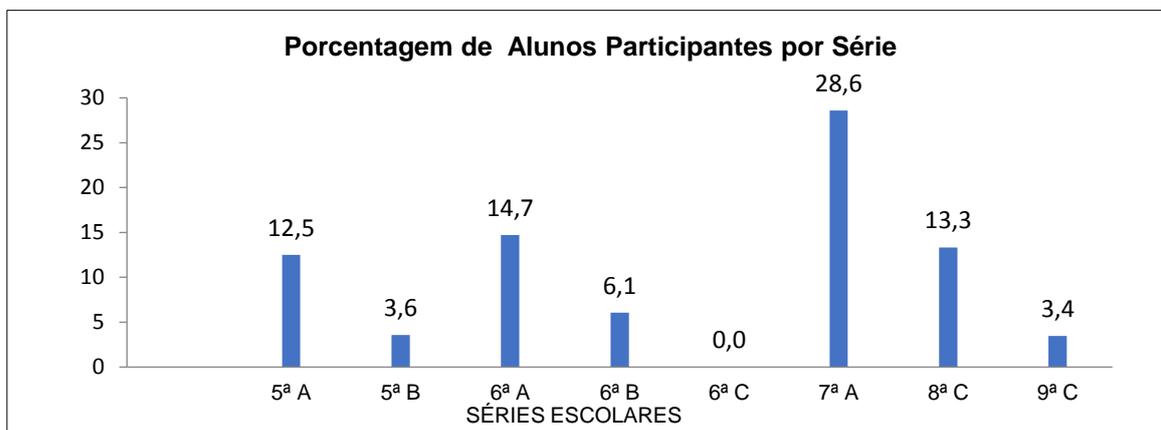
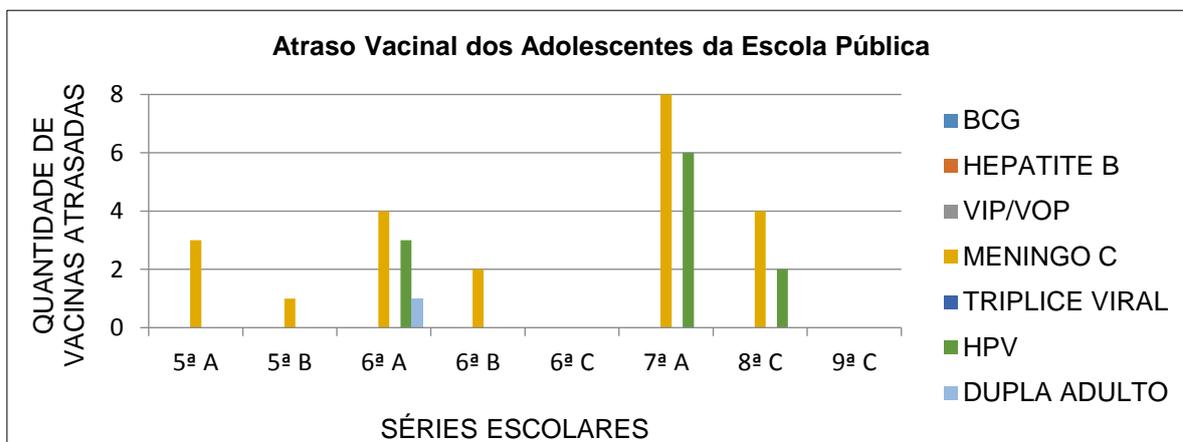


Gráfico 2 – Atraso vacinal dos adolescentes da Escola Pública



O HPV, segundo Osis et. al (2014), é pouco conhecido por todos, principalmente com a sua relação ao exame de citologia oncológica e suas alterações como: câncer cervical e verrugas genitais, tanto por homens como pelas mulheres da população brasileira. Para Conceição e De Moraes (2017), o entendimento por meio dos profissionais da educação, pais e adolescentes sobre os benefícios da vacinação é de grande importância para que a cobertura vacinal seja alcançada e assim, a morbimortalidade do câncer do colo de útero diminua. Segundo Conceição e De Moraes (2017), para que seja alcançada a cobertura vacinal, os profissionais e estudantes da saúde devem colaborar, realizando orientações e ações educativas, a fim de instruir e conscientizar a população sobre a importância da prevenção desta doença. De acordo com Quevedo e Wieczorkiewicz (2014), foi de grande dificuldade a aplicação da vacina, bem como a implementação e contra-indicação, por causa de diversos motivos e tabus existentes. Conforme observado, um dos motivos foi o meio de transmissão do vírus que ocorre pelo contato sexual, o que em primeiro momento determinou que a aplicação da vacina estivesse destinada para meninas virgens, aumentando assim a eficácia. Das vacinas que fazem parte do esquema vacinal das crianças maiores de sete anos ou mais e adolescentes, como citado anteriormente, foi observado que a vacina como

meningocócica C, foi inserida no calendário vacinal e a aplicação da dose teve o tempo de aplicação prolongado, fato este que permite aos alunos abordados, a possibilidade de receber a vacina. No entanto, como já discutido, muitos pais não demonstram interesse sobre a imunização, talvez pelo fato de existir pouca divulgação por parte dos órgãos de saúde sobre a importância da mesma, o que levanta a hipótese aos pesquisadores, sobre o fato dos pais desconhecerem de que a vacina está disponível para os filhos. Ainda sobre os atrasos, foi verificado que os adolescentes que estavam nos períodos adequados para receberem a primeira dose da vacina HPV, não a possuíam. Para os pesquisadores o atraso desta vacina acontece pelo fato de que a mídia associou demasiadamente a vacina com a vivência sexual, o que pode causar aos pais um desconforto em levar os filhos a tomar a vacina, outra hipótese levantada é o fato, de pouco se explicar sobre a vacina nas campanhas que já foram divulgadas, levando novamente aos pais a questionarem o fato do filho receber ou não a vacina. Segundo Figueira et al. (2012), as meningites estão presentes mundialmente e sua locução epidemiológica ocorre por meio de: agente etiológico, populações agregadas e faixa etária afetada, sendo então uma doença de notificação compulsória imediata por causa do elevado índice de mortalidade. A partir dos anos 2000, no Brasil, ocorreu uma diminuição gradual do sorotipo B e um aumento do sorotipo C. Conforme Silva et. al. 2018, após a introdução da vacina meningocócica C e pneumocócica 10 valente, ao Calendário de Vacinação da Criança no primeiro ano de vida, percebeu-se que era preciso verificar a quantidade de vacinas atrasadas e quais fatores estavam associados a este atraso. Ainda segundo Silva et. al. 2018, os atrasos podem estar interligados com: a falta de abastecimento das vacinas, demora na capacitação dos profissionais bem como a indicação e conhecimento por meio deles, outro fator da vacinação, principalmente a pneumocócica 10 valente é o fato de a mesma ser injetável ou o desconhecimento dos pais sobre a vacina, impedindo a sua aplicação e procura, além disso, muitos pais deixam de aplicar a vacina nos filhos por causa do medo da injeção e das possíveis reações adversas. Para Bezerra 2017 apud Cannon e Bottini (1998) a sociedade trata os adolescentes de forma controversa, pois em momentos eles são vistos como crianças, em outros como adultos, o que pode causar neste grupo um distanciamento do conhecimento e do cuidado em realizar as imunizações. Por isso, com o intuito de diminuir o lapso da vacinação na infância é importante realizar a vacinação na adolescência. Ainda segundo Bezerra (2017) apud STOTZ, (2017), é por meio destes fatores que é possível determinar a importância de educar a população, a fim de atingir não apenas grupos estabelecidos mas, todos os grupos e faixas etárias que de alguma maneira não realizaram a imunização por causa desses problemas. Porém, é necessário passar este conhecimento científico em saúde de maneira clara e objetiva, uma vez que este é um importante meio de promoção da saúde.

CONCLUSÃO

Podemos perceber uma baixa adesão e participação tanto dos pais quanto dos alunos, é reflexo de uma baixa informação sobre a importância da vacinação. Os resultados mostraram que muitos jovens não possuem cobertura vacinal adequada ao plano do PNI, o que pode resultar num processo epidêmico desfavorável. As vacinas de HPV e Meningocócica C são as que apresentaram maior atraso, o que pode estar relacionado às recentes modificações do Calendário de Vacinação, e ao interesse dos pais em buscar informações sobre as vacinas. Porém outro aspecto muito importante foi o interesse sobre a vacina HPV, devido a idade dos adolescentes e o interesse em saber se está vacina tratava-se de um modo de prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Pode-se inferir a necessidade de um trabalho multidisciplinar para que os jovens, em consonância a população, passem a buscar o serviço e assim, para um recrudescimento da cobertura vacinal. Como forma de subsidiar o apoio necessário para que as informações sejam sanadas, a inserção

do Enfermeiro no ambiente escolar se torna uma opção de grande valor, pois em sua formação profissional possui capacidade de esclarecer informações sobre o serviço de saúde e orientar a população e os jovens da melhor maneira. Foi perceptível também que os adolescentes não possuem informações satisfatórias sobre as vacinas e a participação dos pais não foram tão efetivas quanto esperado. Compreende-se que para melhorar a cobertura vacinal é necessária uma ação conjunta com a escola, entidades públicas e privadas junto com uma ação governamental que disponibilize meios para propagação da informação. A inserção do Enfermeiro na unidade escolar pode desenvolver uma proximidade maior com os responsáveis e os jovens, sendo capaz de expor a importância da vacinação, bem como as atualizações disponíveis.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ana Caroline Mafra. Utilização de círculos de cultura sobre vacinas para promoção da educação em saúde dos adolescentes. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Campos dos Goytacazes - RJ , 2018.

BRASIL, Presidência da República da Casa Civil: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília - DF, Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 05 dez. 2016.

CONCEIÇÃO, Caio Vinicius; DE MORAES, Magali Aparecida Alves. Orientações sobre vacinação contra o HPV em escolas públicas no interior do Estado de São Paulo. Caminho aberto: revista de extensão do ifsc, 2017.

OSIS, Maria José Duarte; DUARTE, Graciana Alves; SOUSA, Maria Helena de. Conhecimento e atitude de usuários do SUS sobre o HPV e as vacinas disponíveis no Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 48, p. 123-133, 2014.

QUEVEDO¹, Josemari; WIECZORKIEWICZ, Adriana Moro. Implementação da vacina HPV no Brasil: diferenciações entre a comunicação pública oficial e a imprensa midiática.

SILVA, Francelena de Sousa et al. Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil. Cadernos de saúde pública, v. 34, p. e00041717, 2018.